



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

**EDITAL n. 1/2019**

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE  
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO**

**INSTRUÇÕES**

- **CONFIRA** se seu caderno de prova contém **12 páginas**, com **40 questões objetivas**, além de **uma FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Preencha os dados no cabeçalho da FOLHA DE RESPOSTAS e **assine onde for requerido**.
- **A prova objetiva será corrigida exclusivamente pela FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Utilizar caneta de **tinta azul ou preta**. Não serão corrigidas marcações feitas a lápis ou lapiseira.
- Não é permitida a consulta em qualquer material impresso: apostilas, livros, exercícios, etc.
- É vedado o uso de *notebook*, *pager*, *palm top*, celular ou qualquer meio de comunicação eletrônica. Esses aparelhos devem permanecer desligados e guardados.
- É vedado o empréstimo ou troca de materiais entre os candidatos ou qualquer forma de comunicação entre eles.
- Durante a realização das provas, as bolsas e demais objetos devem ficar guardados (embaixo da carteira ou em local separado), sob pena de não ser entregue a prova ou de ser retirada.
- É proibido sair da sala antes de 1 (uma) hora depois do início da prova, salvo em casos de urgência médica ou congêneres.
- Ao término da prova, e respeitado o tempo mínimo de 1 (uma) hora após seu início, o candidato poderá levar o caderno de prova, deixando apenas FOLHA DE RESPOSTAS.

**Marabá/PA, 22 de setembro de 2019.**

**Língua Portuguesa (conteúdo do edital):** Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência da crase. Pontuação. Redação. Interpretação de texto.

1 - Assinale a alternativa na qual as palavras são acentuadas seguindo a mesma regra de acentuação.

- (A) Abóbora / Patrocínio / Maracujá.
- (B) Fáceis / Régua / Ásia.
- (C) Bíceps / Cafês / Parábola
- (D) Céu / Juíza / Álibi.

2 - Hoje Carlos Levantou \_\_\_ 7h30 em ponto. \_\_\_ vezes tinha dificuldades para dormir, mas havia tido uma boa noite. Olhou-se no espelho e gostou do que viu, cultivava uma barba \_\_\_ Che Guevara. Saiu de casa e foi para o ponto, \_\_\_ espera de seu ônibus.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas anteriores.

- (A) às / Às / à / à.
- (B) as / As / a / à.
- (C) as / Às / a / a.
- (D) às / As / à / a.

3 - Analise as sentenças a seguir.

- I. \_\_\_\_\_ muitos fãs aguardando a cantora quando ela chegou no aeroporto. (Haver)
- II. Hoje \_\_\_\_\_ dois dias que não vejo Tereza, já estou preocupado. (Fazer)
- III. \_\_\_\_\_ reclamações sobre o final da série televisiva. (Chover)

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas anteriores.

- (A) Haviam / Fazem / Choveu.
- (B) Havia / Faz / Choveram.
- (C) Havia / Faz / Choveu.
- (D) Haviam / Fazem / Choveram.

4- Representam a voz reflexiva verbal, **EXCETO**:

- (A) Olhei-me de relance e saí rapidamente do recinto.
- (B) O soldado feriu-se em combate.
- (C) O aluno queixou-se de si mesmo.
- (D) Todos nos prejudicamos.

5- Leia o texto seguinte.

Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano

Vive uma louca chamada Esperança  
E ela pensa que quando todas as sirenas

Todas as buzinas  
Todos os reco-recos tocarem  
Atira-se  
E — ó delicioso voo!  
Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada,  
Outra vez criança...  
E em torno dela indagará o povo:  
— Como é teu nome, meninazinha de olhos verdes?  
E ela lhes dirá  
(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)  
Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não esqueçam:  
— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...

Disponível em: {HYPERLINK "https://www.revistabula.com/2329-os-10-melhores-poemas-de-mario-quintana/"} }

O poema de Mario Quintana alude, metaforicamente, a:

- (A) Uma celebração de ano novo.
- (B) Uma celebração de aniversário.
- (C) O nascimento de uma criança.
- (D) O delírio de uma pessoa insana.

**Direito Administrativo (conteúdo do edital):** Princípios Gerais; Ato Administrativo; Administração Pública Direta e Indireta; Poderes da administração; Bens Públicos; Controle da Administração Pública.

6 - Analise cada um dos itens sobre os princípios basilares que regem a administração pública e marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O princípio da moralidade se refere à atuação dos agentes públicos, que devem agir não apenas com vista à lei, mas sobretudo preservando a moral, os bons costumes e a justiça.
- (B) O princípio da legalidade é incompatível com o fenômeno da deslegalização, pela qual o Poder Legislativo permite que a Administração Pública crie normas de caráter eminentemente técnicas para regulamentação de lei.
- (C) Viola o princípio da impessoalidade a determinação de construção de rodovia em frente a terrenos do prefeito municipal com a finalidade de obter valorização daqueles imóveis.
- (D) Não viola o princípio da publicidade a restrição de acesso a dados que sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

7 - Quando um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior. Trata do seguinte instituto de Direito Administrativo:

- (A) retrocessão.
- (B) cessão.
- (C) desafetação.
- (D) reversão.

8 – Acerca dos atos administrativos, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) O ato administrativo imperfeito existe, mas é ineficaz.
- (B) O ato administrativo inexistente é aquele que, embora reúna todos os elementos qualificadores, é praticado com ofensa à legalidade.
- (C) A teoria dos motivos determinantes define que a validade de um ato administrativo motivado depende da existência ou veracidade dos motivos de fato declarados.
- (D) O ato administrativo imperfeito pode ser objeto de revogação.

9 - A ordenação, coordenação, correção e controle dos atos administrativos internos da Administração é o objetivo do.

- (A) Poder vinculado.
- (B) Poder disciplinar
- (C) Poder regulamentar.
- (D) Poder Hierárquico.

10 – Julgue os itens seguintes:

I - Autarquia - é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

II - Empresa Pública - é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III - Sociedade de Economia Mista - é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

IV - Fundação Pública - é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Estão **CORRETOS** os itens:

- (A) II e III
- (B) II, III e IV
- (C) I e IV
- (D) Todos os itens

**Direito Constitucional (conteúdo do edital):** Constitucionalismo; Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Direitos Sociais; Nacionalidade; Organização dos Poderes; Poder Legislativo: atribuições do Congresso Nacional; Poder Judiciário: estrutura (órgãos); Competência dos Tribunais: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

11 – Analise os seguintes itens.

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

São **princípios fundamentais** da República Federativa do Brasil.

- (A) I, III, IV e V
- (B) I, II, III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) III, IV e V

12 – Marque a alternativa **INCORRETA**

- (A) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho
- (B) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal
- (D) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

13 – Nos termos do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, julgue os itens

- I - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, ressalvadas as hipóteses de exigência de licença prevista em lei;
- II - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, força maior ou caso fortuito, ou, durante o dia, por determinação judicial;

III - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou aviso prévio, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local,

Marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Os itens I e III estão corretos
- (B) Apenas o item II está correto
- (C) Apenas o item III está correto
- (D) Nenhum dos itens está correto

14 - Considere:

- I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- III. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- IV. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Em conformidade com a Constituição Federal, **são direitos dos trabalhadores** urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aqueles contidos em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.

15 – Marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os Poderes do Estado estão expressos na Constituição ao afirmar que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo que a cada um foi atribuída determinada função. Contudo, não há exclusividade no exercício das funções pelos Poderes, e sim uma preponderância.
- (B) Ao ser estabelecido, no texto constitucional, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, assimilaram-se ao ordenamento jurídico brasileiro as teorias da separação de poderes e de freios e contrapesos, desenvolvidas por Maquiavel, na obra O Príncipe.
- (C) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
- (D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

**Direito Civil (conteúdo do edital):** Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro; Das pessoas: naturais e jurídicas; Domicílio; Bens; Negócio Jurídico; Prescrição e Decadência.

16 – Acerca do que dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, julgue os itens.

I - Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão

II - Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo da *vacatio legis* começará a correr da nova publicação

III - Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada

IV - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

V - Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, fenômeno conhecido na doutrina como reprivatização.

- (A) Estão corretos os itens II, IV e V apenas
- (B) Estão corretos os itens I, II e III apenas
- (C) Estão incorretos os itens III e V apenas
- (D) Estão corretos todos os itens

17 – Acerca da personalidade e da incapacidade, marque a alternativa **INCORRETA**

- (A) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro
- (B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos
- (C) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo
- (D) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos

18 – Analise os itens seguintes.

I – os partidos políticos

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

IV - as autarquias, inclusive as associações públicas

V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

**São** pessoas jurídicas de direito público interno as indicadas nos itens:

- (A) I, II, III, IV e V
- (B) II, III, IV e V
- (C) I, II, III e IV
- (D) I, II, III e V

19 – Acerca da prescrição e da decadência, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes
- (B) A prescrição deve ser alegada na primeira oportunidade de falar nos autos que tiver a parte, sob pena de preclusão
- (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor
- (D) A decadência fixada em lei pode ser objeto de renúncia pela parte a quem aproveita.

20 – Marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, ainda que com ânimo transitório
- (B) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o domicílio de seu parente mais próximo até o quarto grau, observado os artigos 1.591 e 1.592 do Código Civil
- (C) O domicílio do incapaz é o lugar onde for encontrado
- (D) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida

**Direito Processual Civil (conteúdo do edital):** Princípios do Processo Civil; Ação: Conceitos; Elementos; Da Jurisdição e da Ação; Das partes e procuradores; Da Competência: Sujeitos processuais; Atos Processuais; Formação, Suspensão e Extinção do Processo; Procedimento Ordinário; Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Federais Cíveis).

21 - Assinale a alternativa que apresenta o princípio e sua respectiva característica.

- (A) Princípio do livre convencimento motivado: o poder do juiz de decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.
- (B) Princípio da instrumentalidade: determina que todos os atos processuais devem ser informados aos envolvidos e aos seus respectivos procuradores.
- (C) Princípio da disponibilidade: o direito de ação não pode ser negado àqueles que se sentirem lesados em seus direitos.
- (D) Princípio do juiz natural: cabe ao juiz dar continuidade ao procedimento, em cada uma de suas etapas, até a conclusão.

22 - São elementos da ação:

- (A) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade *ad causam* e interesse processual.
- (B) legitimidade *ad causam* e interesse processual.
- (C) partes, causa de pedir e pedido.
- (D) partes, causa de pedir e interesse processual.

23 - O Código de Processo Civil prevê que os atos processuais são públicos. Todavia, tramitam em segredo de justiça os processos

- (A) que versem sobre arbitragem, salvo no caso de cumprimento da carta arbitral.
- (B) em que o exija o interesse público ou social.
- (C) que versem sobre tributos e fiscalização.

(D) que versem sobre filiação, desde que haja pedido das partes.

24 – Nos termos da Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos. Não obstante, não se incluem nesta competência:

I - as ações de mandado de segurança e de desapropriação

II – as ações de natureza previdenciária

III – as ações visando a anulação ou cancelamento de lançamento fiscal

IV – as ações que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis

Está **CORRETO** o que se afirma nos itens

(A) I e IV apenas

(B) I, III e IV apenas

(C) I, III apenas

(D) I, II, III e IV

25 - Determinada petição inicial traz o pedido de declaração de inexigibilidade do débito e indenização por danos morais em razão da cobrança indevida, objeto do pleito declaratório. Nesse caso, é certo afirmar que a cumulação de pedidos é

(A) alternativa.

(B) simples.

(C) eventual.

(D) sucessiva.

**Direito Penal (conteúdo do edital):** Aplicação da Lei Penal; Conceito de Crime; Capacidade Penal; Sujeitos do crime; Fato Típico; Conduta e Resultado; Relação de Causalidade; Tipicidade; Dolo e Culpa; Consumação e Tentativa;

26 – Quanto à aplicação da Lei penal no espaço e no tempo, aplicam-se,

(A) a teoria da ubiquidade e da atividade, respectivamente

(B) a teoria do resultado e da atividade, respectivamente

(C) a teoria do resultado em ambas as hipóteses

(D) a teoria da ubiquidade em ambas as hipóteses

27 – Julgue os itens seguintes

I – diz-se o crime doloso quando o agente quis o resultado

II – diz-se o crime preterdoloso quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado

III – diz-se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia

Está **CORRETO** o que se afirma nos itens.

(A) II e III apenas

(B) III apenas

- (C) I, II e III
- (D) I e III apenas

28 – Julgue os itens seguintes

- I - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços
- II – Pune-se a tentativa ainda que, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, torne-se impossível a consumações do crime
- III – Diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, ou o agente voluntariamente desiste de prosseguir na execução, respondendo tão somente pelos atos já praticados.

Está **CORRETO** o que se afirma nos itens

- (A) II e III apenas
- (B) III apenas
- (C) I, II e III
- (D) I apenas

29 – Marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Exclui a imputabilidade penal a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos
- (B) Os maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos possuem imputabilidade penal relativa, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial
- (C) Exclui a imputabilidade penal tanto a paixão quanto a emoção.
- (D) É isento de pena o agente que, por doença mental, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato

30 – Marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime
- (B) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste
- (C) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade
- (D) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado

**Direito Processual Penal (conteúdo do edital):** Princípios Gerais; Ação Penal; Jurisdição e Competência; Sujeitos Processuais; Atos Processuais.

31 – Julgue os itens seguintes.

- I. O direito ao silêncio se aplica a testemunha, ante a indagação de autoridade pública de cuja resposta possa advir imputação da prática de crime ao declarante.

II. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal pode ser compelido pela autoridade a fornecer padrões vocais para a realização de perícia sob pena de responder por crime de desobediência.

III. O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.

IV. O STF já pacificou entendimento de que é lícito ao juiz aumentar a pena do condenado, utilizando como justificativa o fato do réu ter mentido em juízo, dada a reprovabilidade de sua conduta.

Assinale:

- (A) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) Se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) Se apenas a afirmativa I estiver correta.

32 - Iniciada a audiência de instrução, o juiz determinou que o réu da ação penal fosse algemado.

Nesse caso, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o juiz agiu lícitamente se comprovado que

- (A) o crime tenha sido cometido com violência.
- (B) o crime é punível com pena de reclusão.
- (C) o réu tem transtorno psicológico.
- (D) a segurança do próprio réu estava em risco.

33 - Tendo por base o disposto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da ação penal:

- (A) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- (B) Se o ofendido for menor de 18 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.
- (C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- (D) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

34 - Sobre a competência no processo penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Será determinada, de regra, pelo lugar do primeiro ato de execução criminosa.
- (B) O direito brasileiro desconhece a figura da competência pelo domicílio ou residência do réu, pois regula-se pelo lugar do crime.
- (C) A competência será determinada pela continência quando duas pessoas forem acusadas pelo mesmo crime.
- (D) Se na mesma circunscrição judiciária houver mais de um juiz igualmente competente para determinado crime, prevalece o critério da antiguidade na carreira.

35 - Sobre as nulidades, à luz do Código de Processo Penal, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a nulidade de citação estará sanada se o acusado comparecer em juízo, antes de o ato consumar-se, ainda que declare que o faz para o único fim de argui-la.
- (B) as omissões da denúncia poderão ser supridas a todo tempo antes da sentença final.
- (C) nenhuma das partes poderá arguir nulidade referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- (D) a nulidade decorrente de omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato é considerada absoluta e não poderá ser sanada.

**Direito Previdenciário (conteúdo do edital):** Benefícios/Requisitos; Período de Graça; Segurados do RGPS.

36 - Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições.

- (A) Até 12 (doze) meses, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente
- (B) até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo
- (C) até 6 (seis) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso
- (D) até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória

37 - Acerca do benefício de auxílio-doença, marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Possui natureza assistencial
- (B) É devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- (C) Em regra, não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício
- (D) Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, será devido a contar da data da entrada do requerimento administrativo.

38 - Nos termos do artigo 201 da Constituição da República Federativa do Brasil, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Conforme os §§7º e 8º deste mesmo artigo.

- (A) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, desde que haja, ao menos, trinta e cinco anos de contribuição tanto para homens quanto para mulheres, em observância ao princípio da isonomia.
- (B) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, desde que completem 65 (sessenta e cinco) anos se homem, ou 60 (sessenta anos) se mulher
- (C) o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio,

- terá a idade de aposentadoria reduzida para 60 (sessenta) anos se homem, ou 55 (cinquenta e cinco) se mulher
- (D) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, desde que se complete 65 (sessenta e cinco) anos se homem, ou 60 (sessenta anos) se mulher

39 - São segurados obrigatórios da Previdência Social:

- I - como empregado, aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração
- II - o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais
- III - o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, como contribuinte individual
- IV - como segurado especial, a pessoa física residente no imóvel rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, explore atividade agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais

Marque a alternativa correta

- (A) estão corretos os itens I, II e IV apenas;
- (B) estão corretos os itens I e IV apenas;
- (C) estão corretos os itens I, II, III e IV;
- (D) estão corretos os itens I e II apenas;

40 - A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

- (A) do óbito, em regra, quando requerida em até 90 (noventa) dias após o óbito;
- (B) do óbito, em regra, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito
- (C) da data do requerimento, no caso de morte presumida
- (D) da data do requerimento, quando requerida após o prazo de 30 (trinta) dias.